



*Exmo. Senhor*

*Presidente da Assembleia Municipal de Sintra*

*Dr. Sérgio Sousa Pinto*

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência  
GAOM

Data  
21.11.2019

ASSUNTO: Proposta n.º 949-P/2019

- a) Revisão do PDM de Sintra;
- b) Solicitação de ratificação do PDM ao Governo.

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos artigos 90.º e 91.º do Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião de Câmara realizada em 21 de novembro de 2019.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

*Basílio Horta*



CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

**DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL**

*(texto aprovado em minuta)*

**R.E.**

Nos termos do Art.º 57.º, n.º 3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária e Pública de 30 de outubro de 2017 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 824-P/2017, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Extraordinária de 21-11-2019.**

Proposta n.º 949-P/2019, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

**VOTAÇÃO:**

*Aprovada por unanimidade, com o voto contrário  
do Sr. Vereador da Coligação "Juntos Pela  
Sintromania" do Sr. Vereador do CDU.*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 21 de novembro de 2019.

O Presidente



Basílio Horta

A Coordenadora

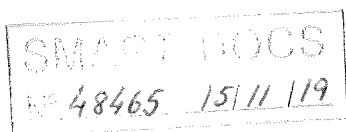


Lúcia Dias Vargas





**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
PRESIDÊNCIA



**PROPOSTA N.º - P /2019**

959

O Plano Diretor Municipal (PDM) é um instrumento fundamental para a gestão e ordenamento do nosso território, para a salvaguarda e preservação do património natural e construído, e um veículo de desenvolvimento sustentável para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos.

Neste quadro, a Câmara Municipal de Sintra orgulha-se de apresentar um Plano Diretor Municipal que engloba todas estas valências, num trabalho de difícil e minuciosa execução técnica, envolvendo especialistas de várias áreas científicas e, sobretudo, concretizado numa parceria íntima com a sociedade civil, com a população do Concelho. Os sintrenses foram ouvidos, e em tudo o que não contrarie a lei e os princípios básicos do PDM, as suas propostas e sugestões foram acolhidas.

Sintra afirma-se hoje no panorama nacional como o segundo município do país em população, com 3,9% da população nacional, e com dinâmica económica que se traduz num contributo relevante para o PIB nacional.

Internacionalmente, a projeção do município está ancorada na promoção da inscrição de Sintra como Paisagem Cultural da Humanidade, pela UNESCO, aumentada, ainda, pela sua participação empenhada em diversos organismos europeus e mundiais, como são os casos da assinatura da Carta de Nova Iorque e o envolvimento no *Covenant of Mayors*.

Trata-se de um novo contexto económico, social e cultural que exige um novo modelo de desenvolvimento territorial, atento às dinâmicas passadas, às tendências que hoje se configuram no território e que determinam o futuro de uma sociedade responsável, comprometida em incluir, no progresso, todos que vivem, trabalham e visitam Sintra.

O nosso compromisso é, também, para com as gerações futuras, ao valorizar os recursos endógenos e a autenticidade local, e ao reconhecer o valor acrescido dos sistemas naturais. Tudo,

Reunião de

21 NOV. 2019

Docº Agendado com o  
Nº 1 (RE)



com o objetivo de promover um setor produtivo diversificado, inovador, gerador de emprego qualificado e promotor de uma sociedade mais justa.

Depois de crescimentos populacionais que atingiram 39% na década de 90 do século XX, entrou-se numa fase de crescimento suave e consolidação. Na primeira década do milénio, o crescimento foi de 4% (censos 2011), registando-se ainda a redução da população em algumas freguesias urbanas, estimando-se na atualidade uma taxa de crescimento anual de 0,37%.

Em 2015, esta Câmara envolveu os diversos setores da sociedade na definição do Modelo de Desenvolvimento Territorial, que veio a ser aprovado em Assembleia Municipal, e que estabeleceu a **Visão para Sintra XXI**:

***“Obtenção de um território ordenado, harmonioso e diversificado que promova o desenvolvimento económico sustentável numa perspetiva integrada – população, economia e ambiente -, e a valorização dos espaços que o compõem reforçando a sua identidade e melhorando a qualidade de vida das populações.”***

Os **eixos estratégicos** do novo PDM de Sintra são:

1. A preservação e valorização do património e da identidade;
2. A valorização dos recursos existentes e dos ecossistemas;
3. A otimização e qualificação do solo urbano, e das suas redes, como suporte à qualidade de vida;
4. O apoio a uma economia dinâmica, inovadora, competitiva e inclusiva.

O novo PDM de Sintra, congregador de todas as disposições que vinculam diretamente os particulares, assegura entre todas as entidades da administração, central e local, uma efetiva clareza no instrumento de gestão do território a vigorar no futuro.

Reunião de

21 NOV. 2019

Docº Agendado com o  
Nº 1 (RE)

Sintra aposta na qualificação do solo urbano, total ou parcialmente urbanizado ou edificado, obedecendo a princípios de sustentabilidade que valorizam o solo urbano e contemplam a reabilitação, a regeneração urbana e a qualificação do espaço público.

A salvaguarda de valores patrimoniais e identitários, bem como a valorização da estrutura ecológica são instrumentos para atingir aqueles objetivos. Por outro lado, a adoção de soluções adequadas no que respeita à mobilidade e acessibilidade, bem como a criação de espaços verdes, assumem neste PDM natureza prioritária no sentido de garantir, aos que aqui vivem, uma melhor qualidade de vida.

O novo PDM classifica como solo urbano 28% do território, traduzindo-se numa redução face à classificação de 1999, o qual classificava em cerca de 32% do território como urbano.

A Qualidade de Vida é determinante na escolha do local para habitar, e o PDM estabelece um conjunto de estratégias para fomentar a atratividade, não apenas de morar, mas de viver em Sintra numa nova visão do território.

Há uma aposta clara na reabilitação urbana e na melhoria da qualidade de vida das pessoas através da definição de princípios de sustentabilidade, e de critérios para o ordenamento do espaço público. Foram estabelecidos princípios de multifuncionalidade e de diversificação económica, de harmonização paisagística, de racionalização, de otimização e de equilíbrio nas soluções arquitetónicas, pelo que os princípios de proteção da paisagem cultural são aplicados a todo o território.

O Plano prevê a elaboração de planos de urbanização para as cidades de Sintra assente na estrutura polinucleada, qualificada e integrada, aprofundando as soluções às especificidades das cidades. Assim, se promove a recuperação do parque habitacional, bem como dos aglomerados com interesse histórico e etnográfico, de modo a aumentar a sua atratividade e vivência.

O PDM contempla quatro grandes parques urbanos em unidades operativas de planeamento e gestão, com um total de 902 hectares. São abrangidos os espaços entre as cidades englobando

Reunião de

21 NOV. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 1 (R.E.)

a qualificação das principais ribeiras e aproveitando territórios abandonados, mas suscetíveis de serem devolvidos às populações como espaços de fruição e lazer. Esta é uma estratégia de futuro, na preservação e melhoramento ambiental em espaços de maior densidade populacional.

As normas do PDM apontam, de facto, para uma melhoria da qualidade ambiental, com especial destaque para a qualidade do ar, da água, do solo, para a redução do ruído e, finalmente, para a paisagem construída.

São propostas medidas claras de capacitar o território para adaptação às alterações climáticas, algumas delas já iniciadas como: a criação de uma rede ciclável e pedonal; a construção de parques urbanos e incentivos ao aumento e manutenção das florestas para o combate aos gases com efeito de estufa; a promoção dos corredores verdes e manutenção dos sistemas húmidos; os aproveitamentos hidráulicos para a rega; aumento da área condicionada à evolução das arribas; proteção das áreas ameaçadas pelas cheias fluviais e de galgamento marinho, entre outras.

O conjunto dos espaços naturais e florestais aumentou 22% do PDM anterior (1999) para esta proposta, o que significa um aumento significativo que contribui para a preservação de valores naturais e florestais.

A categoria de espaços florestais passa de uma afetação de 4% para 15%, o que representa um expressivo aumento destas áreas, contribuindo, sobremaneira, para o equilíbrio e consolidação do sistema ecológico e produtivo.

Já o solo rústico aumenta 6% em relação ao anterior PDM (1999), cifrando-se em cerca de 72% do território. Destacam-se os espaços destinados à salvaguarda de valores e recursos naturais com 42% do solo rústico. A expressão dos espaços agrícolas é significativa, ocupando cerca de 33% do solo rústico. O potencial de exploração racional e cuidada dos recursos endógenos no concelho é a base para uma economia diversificada, responsável, aberta, impulsionadora de inovação e geradora de emprego.

Reunião de

21 NOV. 2019

Docº Agendado com o  
Nº 1 (R-E)

O novo PDM apresenta espaços de atividades económicas, em que a nova classificação atende à realidade atual e confere-lhe condições de qualificação, representando 20% do espaço urbano e 5,5% do concelho, numa expressão superior aos espaços industriais do anterior PDM (1999).

São definidas oito unidades operativas de planeamento e gestão dedicadas à regeneração e reabilitação das áreas industriais e empresariais, contribuindo para a sua qualificação e atratividade, e que serão alvo de forte investimento.

Afirma-se a aposta na consolidação do setor primário, enquanto atividade essencial à valorização económica do território e à sua sustentabilidade, através: da identificação das áreas agrícolas e florestais e promoção do emparcelamento rústico; da identificação das áreas potenciais para exploração vinícola; e da identificação das áreas potenciais para exploração de recursos geológicos.

O Plano não é um fim, é um instrumento de uma política, fruto de um claro conjunto de opções. Assim, pela primeira vez, serão implementados mecanismos sistemáticos de monitorização de concretização dos objetivos do Plano e da sua execução. A programação e execução das políticas, dos projetos e dos programas, bem como a gestão do território e do espaço público, serão objeto de permanente acompanhamento e avaliação.

No que à mobilidade concerne, o novo PDM aposta na comunicação entre as principais aglomerações, em ordem a rentabilizar as vias de comunicação existentes, bem como a dotar o concelho de novas infraestruturas que se encontram previstas no documento. Assim se garante o bem estar das cidades e a competitividade da economia. Assim, prevê completar a rede rodoviária enunciando as prioridades quanto às seguintes ligações: Circular Poente à cidade de Agualva-Cacém; Via de ligação Sintra/Mafra (Lumarinho) – variante à EN9 de Pêro Pinheiro e ligação à A21; e a variante à EN9 (Lourel) – ligação da A16 à Via de Cintura da AML Norte. Estas opções não prejudicam a concretização do Plano Municipal de Mobilidade e Transportes, atualmente em elaboração, e que identificará as ações de menor escala que devem ser tratadas ao nível de outros instrumentos de execução.

Reunião de

21 NOV. 2019

Doc.º Agendado com o  
N.º 1 (R.e.)



**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
PRESIDÊNCIA

Finalmente, o PDM não se alheia da vida cultural do concelho que considera um elemento agregador das diversas comunidades. Assim, identifica e protege áreas de exploração arqueológica em que o concelho de Sintra é fértil. Igualmente é identificado e protegido o património cultural edificado e reforçado o respetivo inventário.

O novo Plano Diretor Municipal de Sintra traduz as opções políticas e a visão de desenvolvimento de um território único, na sua diversidade territorial, populacional e cultural, que lhe confere um singular potencial de desenvolvimento. Ponto é, que esse desenvolvimento se traduza numa melhor qualidade de vida para todos numa economia inclusiva, geradora de direitos sociais, e promotora de uma sociedade mais justa e igualitária.

Numa frase:

**“Mais do que um simples documento, este PDM, é o alicerce onde assentará o  
nosso amanhã.”**

Assim:

Considerando que os serviços da Câmara Municipal de Sintra realizaram a ponderação de todas as participações, tendo sido elaborado o *“Relatório de Ponderação da Discussão Pública do PDM”* (CMS,2019), onde se incluem as Fichas Individuais de Ponderação para cada uma das participações.

Considerando que *“findo o período de discussão pública, a câmara municipal pondera e divulga os resultados, designadamente, através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio na internet, e elabora a versão final da proposta de plano para aprovação”* (n.º 6 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio).

Considerando que os resultados da discussão pública encontram-se em processo de divulgação e publicitação.

Considerando que o GPDM elaborou a versão final da proposta de revisão do PDM, enriquecida com os vários contributos apresentados em sede de discussão pública.

Reunião de

21 NOV. 2019

Docº Agendado com o  
nº 1 (R.E)





Considerando que a presente proposta de PDM é composta por:

VOLUME I - Relatório do Plano

VOLUME II - Regulamento e peças desenhadas fundamentais do Plano

VOLUME III - Relatório Ambiental

VOLUME IV - Avaliação Ambiental Estratégica - Resumo Não Técnico

VOLUME V - Execução, Financiamento, Monitorização e Avaliação do Plano

VOLUME VI - Relatório de caracterização e diagnóstico

VOLUME VII - Peças desenhadas de acompanhamento do Plano

VOLUME VIII - Delimitação da Reserva Ecológica Nacional

VOLUME IX - Delimitação da Reserva Agrícola Nacional

VOLUME X - Procedimentos e documentos administrativos do Plano

Considerando que *"os planos municipais são aprovados pela Assembleia Municipal, mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal"* (n.º1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de maio).

Considerando a necessidade imperativa de ratificação do Plano Diretor Municipal de Sintra (PDM) por alterar as disposições constantes do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra Cascais (POPNSC), e dos respetivos elementos documentais, pela ausência de recondução ao novo quadro legal do referido plano especial, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, do artigo 200.º do Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de maio, e para os efeitos do n.º1 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de maio.

Considerando que *"quando o Plano Diretor Municipal aprovado contiver disposições desconformes ou incompatíveis com programas setoriais, especiais ou regionais, o órgão responsável pela sua aprovação solicita a ratificação nos termos do artigo seguinte"* (n.º2 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de maio) e que *"a ratificação pelo Governo de Plano Diretor Municipal é*

Reunião de

21 NOV. 2019

Doc.º Agendado com o  
Nº 1 (R.E.)

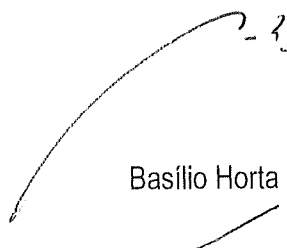
*excecional e ocorre, por solicitação do órgão responsável pela respetiva elaboração, quando no âmbito do procedimento de elaboração do procedimento de elaboração e aprovação tiver sido suscitadas, por si ou pelos serviços ou entidades com competências consultivas, a incompatibilidade referida na alínea anterior." (n.º2 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de maio).*

**Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 90.º e 91.º do Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de maio, delibere:**

- a) Propor à Assembleia Municipal a aprovação da proposta de revisão do PDM de Sintra;
- b) Propor à Assembleia Municipal a aprovação da solicitação de ratificação do PDM ao Governo;

Paços do Concelho de Sintra, 15 de 11 de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra



Basílio Horta

Reunião de

21 NOV. 2019

Doc.º Agendado com o  
n.º 1 (R.e.)

N.º SM 48465/2019  
Sintra, 15-11-2019 15:42:27

Assunto: Conclusão da proposta de revisão do PDM de Sintra - Proposta de aprovação -

A consideração do Exmo. Sr. Presidente.

TIAGO MEALHA COSTA  
FORJAZ TRIGUEIROS

Digitally Signed by TIAGO MEALHA COSTA FORJAZ  
TRIGUEIROS  
DN: cn=TIAGO MEALHA COSTA FORJAZ  
TRIGUEIROS, serial=1005170519,  
o=TIAGO MEALHA COSTA FORJAZ  
TRIGUEIROS, ou=Ashmolean Qualified do Cidadão,  
ou=Cidadão Português, ou=Cartão de Cidadão, c=PT  
Reason: Pares  
Date: 2019.11.15T16:39:40

17 O. anal.  
2) proceder 15-11-19  
com trabalho ?

Reunião de

21 NOV. 2019

Docº Agendado com o  
nº 1 (R.E.)

**Assunto: Conclusão da proposta de revisão do PDM de Sintra - Proposta de aprovação -**

De: Tiago Forjaz Trigueiros, Coordenador do GPDM

Para: Exmo. Sr. Presidente, Dr. Basílio Horta

Considerando que o GPDM tem, no âmbito das suas competências, e ao abrigo das orientações do Exmo. Sr. Presidente, desenvolvido a proposta de revisão do PDM de Sintra.

Considerando que os serviços da Câmara Municipal de Sintra realizaram a ponderação de todas as participações, e que foi elaborado o *“Relatório de Ponderação da Discussão Pública do PDM”* (CMS, 2019), onde se incluem *Fichas Individuais de Ponderação* para cada uma das participações.

Considerando que os resultados da discussão pública encontram-se em processo de divulgação e publicitação.

Considerando que *“findo o período de discussão pública, a câmara municipal pondera e divulga os resultados, designadamente, através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio na internet, e elabora a versão final da proposta de plano para aprovação”* (n.º 6 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio).

Considerando que o GPDM elaborou a versão final da proposta de revisão do PDM, enriquecida com os vários contributos apresentados em sede de discussão pública. A proposta de PDM é composta por:

VOLUME I - Relatório do Plano

VOLUME II - Regulamento e peças desenhadas fundamentais do Plano

VOLUME III - Relatório Ambiental

VOLUME IV - Avaliação Ambiental Estratégica - Resumo Não Técnico

VOLUME V - Execução, Financiamento, Monitorização e Avaliação do Plano

VOLUME VI - Relatório de caracterização e diagnóstico

VOLUME VII - Peças desenhadas de acompanhamento do Plano

VOLUME VIII - Delimitação da Reserva Ecológica Nacional

VOLUME IX - Delimitação da Reserva Agrícola Nacional

VOLUME X - Procedimentos e documentos administrativos do Plano

Considerando que *“os planos municipais são aprovados pela Assembleia Municipal, mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal”* (n.º1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de maio).

Reunião de

21 NOV. 2019

Docº Agendado com o

Nº 1 (Re)

Considerando a necessidade imperativa de ratificação do Plano Diretor Municipal de Sintra (PDM) por alterar as disposições constantes do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra Cascais (POPNSC), e dos respetivos elementos documentais, pela ausência de recondução ao novo quadro legal do referido plano especial, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, do artigo 200.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e para os efeitos do n.º 1 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Considerando que *“quando o Plano Diretor Municipal aprovado contiver disposições desconformes ou incompatíveis com programas setoriais, especiais ou regionais, o órgão responsável pela sua aprovação solicita a ratificação nos termos do artigo seguinte”* (n.º 2 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio) e que *“a ratificação pelo Governo de Plano Diretor Municipal é excecional e ocorre, por solicitação do órgão responsável pela respetiva elaboração, quando no âmbito do procedimento de elaboração do procedimento de elaboração e aprovação tiver sido suscitadas, por si ou pelos serviços ou entidades com competências consultivas, a incompatibilidade referida na alínea anterior.”* (n.º 2 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio).

**Propõe-se que:**

- a) Seja submetido a Reunião de Câmara a proposta de revisão do PDM de Sintra para que possa ser proposta a aprovação da Assembleia Municipal nos termos do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.
- b) Seja submetido a Reunião de Câmara e a Assembleia Municipal a proposta de ratificação do PDM nos termos dos artigos 90.º e 91.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

À consideração do Exmo. Sr. Presidente,



Tiago Forjaz Trigueiros

Reunião de

21 NOV. 2019

Doc.º Agendado com o  
n.º 1 (R.E.)

Documentação de suporte à **Proposta nº 949-P/2019**

## **REVISÃO DO PDM DE SINTRA**

<https://cloud.cm-sintra.pt/index.php/s/Bxt4VSrg1ujYXiK>